

NO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

DELEGADOS AO CONGRESSO

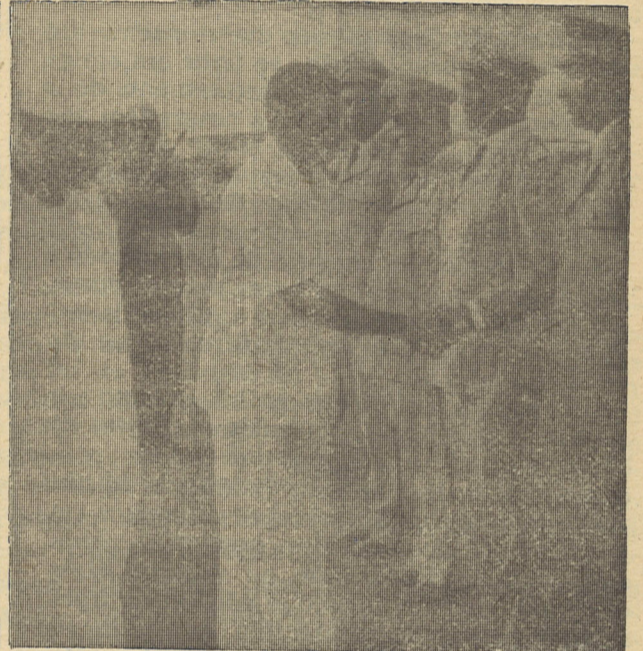
O Comité Permanente do CNG, e a Comissão Preparatória do Congresso do PAIGC fixaram em 301 o número de delegados a estarem presentes ao Primeiro Congresso Extraordinário do Partido.

Foi igualmente fixado para os dias 21 e 22 de Agosto a reunião do CNG para uma análise dos documentos a apresentar ao Congresso, e que foram já aprovados pelo Comité Permanente. Foi ainda decidida a elaboração de um programa de actividades para assinalar o 25.º aniversário do PAIGC. — (Ver página 8)

NINO VISITOU DAKAR E CONAKRY

ENCONTROS
COM DIOUF
E TOURÉ
PARA
ANALISAR
COOPERAÇÃO

(ver pág.-8)



● PROGRAMA DO GOVERNO (ver centrais)

SAÚDE PARA TODOS EM 19 ANOS



«Saúde para todos e com todos» até ao ano 2000 (19 anos), é o principal lema do projecto de Saúde de Base, em plena marcha nas regiões de Cacheu, Tombali e Gabú. Em Quinara e Bolama esboçam-se os primeiros passos.

O projecto de Saúde de Base começou oficialmente em 1977. Actualmente abrange 53 tabancas com cerca de 20 945 habitantes.

Ao longo deste período passado e por todo o tempo que ainda falta percorrer, dificuldades imensas têm que ser superadas, desde a resistência sócio-cultural, à desmobilização das populações, passando pela cooperação coordenada com os outros departamentos estatais, no terreno, e pela planificação do futuro do projecto. —

(Ver Página 3)

PREPARA-SE NO PAÍS ANO DO DEFICIENTE

O ano de 1981, proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional dos Deficientes, começa a ser preparado na República da Guiné-Bissau, com a criação de uma Comissão de Trabalhos que irá desenvolver e coordenar uma série de actividades em todo o país, com vista à reintegração na sociedade dos deficientes físicos, tanto militares como civis. — (Página 3)



ENCONTRO DE QUADROS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

As sessões de trabalho do primeiro Encontro de Quadros Técnicos da Educação Física, promovido pelo Departamento das Actividades Extra-Escolares do Ministério da Educação, encerraram, no passado sábado, com um discurso proferido pelo camarada Mário Cabral, Ministro da Educação Nacional. Durante dois dias de intenso trabalho, decorridos na sede do PAIGC, os participan-

tes debruçaram-se sobre a democratização do desporto, através de propostas apresentadas à mesa.

Da reunião, presidida pelo camarada Carlos Dias, emanou uma resolução geral que encerra recomendações às organizações de massa, a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, e à Educação Nacional. — (Ver página 6).

Porquê bichas de selos?

De modo nenhuma pretendo com esta minha sugestão mostrar a má organização da venda de estampilhas fiscais no país, antes pelo contrário, quero só chamar atenção e dar uma sugestão às entidades a que cabe a sua responsabilidade, devendo eles profundamente reflectir que, pelo facto de um único local possuir selos à disposição do público que ali diariamente aparece em longas bichas, provoca frustração e angústia, e leva a pensar seriamente que não nos podemos organizar seriamente mesmo para as coisas mais elementares. Vejamos só.

Ora se os selos não são arroz, batata ou açúcar, que por não serem suficientes requerem bichas para a sua obtenção, então porque é que se os selos existem em abundância, não se pode fazer a sua distribuição regular em diferentes zonas da cidade de Bissau, evitando deste modo longas bichas onde se constata eventualmente contradições? Os responsáveis devem e têm que descentralizar a sua acumulação num sítio só para demonstrar a sua capacidade de organizar as coisas.

Acontece que, mesmo que se queira um selo de 10 pesos, se não se tiver um amigo que possa ajudar, tem-se forçosamente de ir à bicha, e isso implica que a pessoa tem que levantar muito cedo (seis horas ou mesmo antes) porque se não o faz vai encontrar já dezenas ou mesmo centenas de pessoas para o mesmo fim, e perde a esperança de obter o selo. E mesmo que chegue de manhã cedo à bicha, demora horas e horas para comprar, em vertede de haver pessoas à última da hora e o porteiro deixa entrar dizendo que são «isto ou aquilo».

Por vezes, aliás todos os dias, excepto aos sábados e domingos, nem todas as pessoas da bicha chegam a comprar os selos, porque o local fecha e só volta a abrir às 15 horas, o que é compreensível se tivermos em conta que há horários que regulam a venda de estampilhas fiscais. Isto, no entanto, quer dizer que os indivíduos que não encontram selos no período da manhã têm que voltar — com ritmo mais acelerado de marcha, sem descanso sequer depois do almoço.

Quem é o culpado? Serão as pessoas que devido às suas categorias ou funções lhes facultam o benefício de terem entrada livre? Ou ainda o recebedor? Não, pensemos um pouco. Em nenhum desses indivíduos que citei reside a culpa. A culpa, a meu ver, reside na estrutura montada de venda de estampilhas, isto é, ausência duma descentralização de venda.

Se além da foto Serra, Aly Suleimane e mais um ou dois locais que beneficiando de vez em quando com pequena percentagem de selos para vender, fossem criados postos de venda, nada do género acima citado aconteceria. Cada um compraria os seus selos bem folgado.

Faço apelo aos responsáveis da Fazenda Nacional no sentido de envidar esforços com vista a dar solução do problema que aparentemente parece menos importante, mas muito mais que isso, principalmente para as pessoas que constantemente são abrangidas pela necessidade de estampilhas.

BALDÉ

Pedido de correspondência

Jovem guineense de 20 anos de idade, estudante do Instituto Técnico de Formação Profissional de Brá deseja corresponder com jovens do Brasil, de ambos os sexos, com idade compreendida entre os 18 e os 23 anos, para troca de selos, fotos, livros, e postais.

Escrever para José António Mendonça, Caixa Postal 18 — Bissau — República da Guiné-Bissau.

3 de Agosto nas regiões

O aniversário do massacre de Pindjiguiti foi este ano assinalado com uma jornada de mobilização popular para o Congresso Extraordinário do PAIGC, a ter lugar em Novembro próximo, nesta capital. Os actos políticos e culturais organizados quer na capital, — já referidos nas edições anteriores do nosso jornal — quer no interior do país, tiveram como pano de fundo a motivação das massas para os debates das teses do Congresso, cujo início está previsto para Setembro, em todo o território nacional.

Notícias chegadas do interior e veiculadas pela Agência Noticiosa da Guiné dão conta das comemorações em Bafatá, Gabú e Tite, onde se realizaram comícios populares, nas quais usaram da palavra os principais responsáveis locais que dissertaram sobre o acontecimento e apelaram ao empenhamento e participação populares nos preparativos do Congresso Extraordinário.

SALVAR O PARTIDO

Assim, em Bafatá, entre as várias interven-

ções, ressaltou a do responsável regional. Pois aquele dirigente evocou o Congresso de Cassacá como um «marco importante na história do P.A. I.G.C.» e a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo como «garante da nossa soberania e independência nacional» e como elemento fundamental para a «constante materialização do pensamento político de Cabral». A acção do 14 de Novembro que comparou ao Congresso de Cassacá, permitiu, segundo Vasco Salvador Correia, «salvar o Partido de um sequioso da sua destruição que mais não queria se não aumentar o seu poderio pessoal e espeznhar os sagrados interesses do nosso povo».

Ao abordar a realização do Congresso Extraordinário, Vasco Salvador Correia chamou a atenção dos militantes e simpatizantes para a necessidade de uma participação activa na discussão das teses e nos preparativos do importante evento. Aquele responsável regional encorajou ainda a população a esforçar-se nos trabalhos,

como forma de contribuir para a melhoria das condições de vida da Região e para justificar os sacrifícios consentidos pelos heróis tombados no Pindjiguiti.

DEPURAÇÃO NECESSÁRIA

Na região de Gabú, as manifestações foram organizadas a nível de sector com a participação de responsáveis designados para o efeito. Em Gabú, sede da Região, o camarada Malam Bacai Sanhá, presidente do Partido e do Estado da Região, chamou a atenção para a necessidade de fortalecer cada vez mais o Partido, colocando na sua vanguarda «homens da confiança do nosso povo e dos militantes e simpatizantes em particular». Ainda segundo aquele responsável, o Congresso Extraordinário «deverá afastar do seio do Partido os elementos corruptos, oportunistas, e todos aqueles que de uma forma ou outra deturparam os princípios do Partido de Amílcar Cabral, pelos

quais tombaram valerosos filhos do nosso povo».

PARTIDO COMO FORÇA DIRIGENTE

A jornada do 3 de Agosto em Tite constituiu mais uma manifestação de apoio ao Partido de Cabral e ao Movimento Reajustador do 14 de Novembro, conforme salienta o correspondente da ANG, no seu despacho enviado daquele sector. De acordo com a mesma, o comício foi presidido pelo secretário para a organização do Partido na região, camarada Amaro Correia, cuja intervenção incidiu principalmente sobre o Congresso Extraordinário de Novembro, «momento em que o Partido procura ser na verdade a força dirigente da sociedade guineense, depois da saída da crise profunda, graças à acção do 14 de Novembro». Os outros oradores falaram dos acontecimentos mais marcantes da vida do Partido, nomeadamente o 3 de Agosto, o Congresso de Cassacá, o assassinato de Amílcar Cabral e o Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

Chuvas regulares no leste do País

As populações, bem como os responsáveis partidários e estatais das regiões de Bafatá e Gabú, estão optimistas quanto a uma boa produção agrícola, tendo em conta as chuvas regulares que se têm registado na zona leste do país, indica um telegrama da ANG.

Em Bafatá, o responsável máximo regional, camarada Vasco Salvador Correia, declarou que até este momento não há nenhuma anomalia registada, e que os

camponeses estão firmemente determinados em obter uma boa produção, através de um trabalho que se pode considerar óptimo, pois as áreas lavradas ultrapassam de longe as dos anos anteriores.

Um dos factores que determinaram este aumento substancial das áreas cultivadas, segundo Vasco Salvador Correia, foi a fome que atingiu quase a totalidade do país, tendo levado as populações do Leste a lavrar não só a mancar-

ra como também grande quantidade de milho, mandioca e batata-doce.

Em Gabú, o Presidente do Comité do Partido e Estado da região, acompanhado por vários outros responsáveis locais, acaba de efectuar uma visita a todos os sectores que integram a região, tendo aí constatado o bom andamento dos trabalhos agrícolas, encorajando-os a pegarem teso, ao mesmo tempo que registava as necessidades de cada tabanca a vários níveis.

Gabú: JAAC reorganiza-se

Com o objectivo de analisar as razões que levaram ao enfraquecimento das actividades da nossa organização juvenil em toda a região de Gabú, os principais responsáveis partidários daquela localidade reuniram-se com os dirigentes regionais da JAAC, informa a ANG.

Após escutar atentamente as explicações dadas, o camarada Malam Bacai Sanhá, Presidente do Comité do Partido e Estado da região de Gabú, teceu algumas considerações acerca da necessidade de uma rápida reactivação da JAAC, principalmente num período de grande importância que o nosso povo,

vive, em particular os militantes e simpatizantes do PAIGC, com a realização do próximo Congresso extraordinário do Partido.

Ainda na sua intervenção, o responsável regional frisou que os jovens têm de participar de perto na realização dos objectivos anunciados pelo Presidente do CNG e do CR, camarada Nino Vieira, que é o de estimular o nosso povo a produzir mais e melhor.

BALANÇO DO ANO ESCOJAR

Os camaradas Paulo Santos e João Herculano Silva, respectiva-

mente delegado regional da Educação e director do Ensino Básico da mesma região, estão a visitar todos os sectores a fim de procederem a um levantamento completo dos problemas educacionais, que lhes permitirá ver os erros cometidos e os êxitos alcançados, por forma a traçar novos planos de acção para o próximo ano lectivo.

Segundo a ANG, estas actividades serão elaboradas junto dos responsáveis sectoriais da Educação.

Bajucunda Novo posto sanitário

As populações de Bajucunda acabam de ver materializado um dos seus pedidos mais insistentes desde que o nosso país conquistou a independência, com a entrega ao Comité de secção local das chaves do novo posto sanitário, inaugurado nesta localidade pelo camarada Malam Bacai Sanhá, Presidente do Comité do Partido e Estado da região de Gabú.

Na ocasião, segundo o correspondente da ANG, o referido camarada salientou a necessidade de todos os filhos da nossa terra trabalharem mais, porque só com o trabalho se podem construir postos sanitários, hospitais, escolas, estradas e tantas outras coisas que diariamente o nosso povo pede e que são necessários ao desenvolvimento do país.

As populações daquela secção estão no entanto decididas, num futuro próximo, a construir uma nova escola.

Projecto de Saúde de Base

"Saúde para todos e com todos" até ao ano dois mil

Responsabilizar as populações pela sua profilaxia sanitária é o objectivo do Projecto de Saúde de Base em franca implantação por várias regiões do País. Para que no ano 2000 haja «saúde para todos e com todos» — eis o seu lema principal.

Começou por chamar-se Projecto Piloto de Desenvolvimento Comunitário e foi lançado oficialmente em 1977 nas Regiões de Cacheu (tabanca de Bianga) e de Tombali (tabanca de Caxoanque), com equipas do Ministério da Saúde — formadas por enfermeiros e por Agentes Sociais Polivalentes a viverem e a trabalharem de maneira rotativa nas tabancas dessas regiões.

Uma outra fórmula de levar a saúde para todos e com todos estava, entretanto, em marcha desde 1975, em Boé. Com condições e meios de comunicação particularmente difíceis, tabancas bastante pequenas mas afastadas, a mobilização em Boé caracterizou-se pela reunião, num local único (Lugadjole), dos pretendentes escolhidos pela população, para cursos intensivos de formação de 15 dias a um mês. A formação foi «oral» e ligada à alfabetização de base — troca de experiência entre os Agentes de Saúde de Base e as matronas, e estudo comunitário em língua fula. Esta tem sido uma das experiências mais proficuas, explicável pela grande aceitação e disponibilidade da população para com o projecto. Não é, no entanto, caso único.

O entrosamento destas duas formas de propagar ensinamentos sanitários tem dado bons resultados: nas Regiões de Ca-

cheu, de Tombali e de Gabú, o projecto de saúde estende-se a cerca de 53 tabancas com um total de 20 945 habitantes apoiados por 17 equipas do MSAS.

Não significa que o projecto de Saúde de Base não tenha as suas dificuldades. A principal é o tempo necessário pa-

enfermeiro o mais tempo possível), a cooperação no terreno das equipas da Saúde com as outras de empreendimentos e departamentos estatais ali a funcionar mostram bem as dificuldades que se deparam ao projecto de Saúde de Base.

O projecto divide-se em três fases — curativo,

comunidades, única garantia de saúde baseada na elevação da qualidade de vida de todos.

A planificação está agora centralizada na Direcção-Geral da Saúde Pública por um gabinete planificador — coordenador nacional a cargo de três pessoas: Augusto Silva, dr. Renée Pelletier

regiões e das secções, o incitamento a experiências futuro. A orientação a nível das tabancas no sentido de se valorizar a medicina tradicional como um complemento à medicina moderna.

TRABALHO DIFÍCIL MAS COMPENSATÓRIO

A importância de de-

principais instituições financiadoras são a Unicef, DWHH (RFA), Oxfam (Inglaterra), Conselho Ecuménico das Igrejas, Suco (Canadá) e Opep, que fornecem o material. Os medicamentos são comprados pelas «Unidades de Saúde» (casas-farmácias) de cada tabanca através de uma quotização pela população, seja em dinheiro, seja em géneros (hortas comuns). No entanto, a compra dos medicamentos prejudica o futuro do projecto devido ao preço elevado dos mesmos na FARMEDI.

Outro privilégio da quotização surge quando o doente é evacuado da Unidade de Saúde para o Centro de Saúde. Sendo portador de uma guia comprovativa de que já pagou a quota, fica isento do pagamento da consulta e tratamento no Centro.

Enfim, que futuro para estes agentes sociais polivalentes? Uma hipótese será destiná-los ao serviço social clássico a nível das regiões e sectores, prevalecendo no entanto a ideia, da sua substituição progressiva, por exemplo, pelos extensionistas do Projecto de Extensão Rural de Bachil em Cacheu.

A par disso, o projecto de Saúde de Base adopta como programa para o próximo ano o reforço do trabalho nas actuais regiões (Cacheu, Tombali e Gabú), enquanto Quinara e Bolama ensaiam os primeiros passos.

A pouco e pouco, pois, o projecto de Saúde de Base vai-se implantando pelas oito regiões do País, com um trabalho moroso e difícil, é certo, mas compensatório: a saúde para todos e com todos até ao ano 2000.



Ensinar e responsabilizar as populações pela sua própria profilaxia sanitária, enquanto que em determinados locais, a aceitação do projecto é tal que a própria população se encarrega de financiar e construir a Unidade de Saúde de Base (farmácia-hospital) nas suas tabancas.

ra a mobilização consciente das populações, levando-as a aceitar, por experiência própria, os benefícios da Saúde de Base. Porque o projecto fundamenta-se na não imposição de qualquer norma às populações.

OS PROBLEMAS QUE SE LEVANTAM

O peso da tradição, a resistência cultural, o choque sócio-cultural entre as equipas e as populações, os efeitos positivos ou negativos de determinado período de duração da equipa na tabanca (em Cacheu algumas tabancas não fornecem agentes de Saúde de Base para formação porque querem ficar com o

prevenção da doença e promoção da saúde — havendo, no entanto, problemas em conseguir chegar ao fim do programa (que pode estagnar logo na primeira fase) pelas razões apontadas. Para que tal não aconteça, o projecto (e o Ministério da Saúde) têm de desencadear um sistemático controle e incentivo às populações.

O sucesso do projecto está ligado também à sincronização, no terreno, entre as estruturas directamente implicadas no progresso da tabanca (Recursos Naturais, Agricultura, Educação e Planificação) para assegurar o desenvolvimento real e harmonioso das

(cooperante da Suco) e António dos Santos Pereira.

Se, por um lado, a constituição deste gabinete é a concretização do apoio político ao projecto por parte dos responsáveis do MSAS (o projecto é agora uma das prioridades do Ministério), por outro lado assegurará-se uma estrutura permanente mais adequada e atenta à solução dos problemas específicos do projecto, nomeadamente, a sua supervisão sistemática, a reciclagem regular do pessoal ligado ao projecto, a organização de encontros de reciclagem dos Agentes de Saúde de Base e das matronas a nível das

clarar a Saúde de Base prioritária é pensar o seu do projecto não é uma orientação clássica bem definida nos livros de gestão e de administração. O futuro do projecto e os seus resultados dependem da integração do mesmo nas prioridades do Ministério e do interesse que se lhe dedica em todos os níveis da administração.

Por outro lado, o seu financiamento depende totalmente da ajuda internacional além de uma contribuição do Estado no pagamento dos salários do pessoal do projecto. Não existe verba própria no orçamento do MSAS. Até agora as

Criada Comissão para preparar Ano Internacional dos Deficientes

Foi criada recentemente, em Bissau, uma Comissão Nacional que se encarregará dos assuntos relacionados com actividades a desenvolver no país por forma a comemorar o Ano Internacional dos Deficientes. Numa reunião a realizar em data a anunciar oportunamente, serão apresentados os membros que integram a comissão e um plano de acção concreto.

A Comissão Nacional foi criada no decorrer de uma reunião que teve lugar recentemente na Secretaria de Esta-

do dos Combatentes da Liberdade da Pátria, presidida pelo titular desta pasta, camarada Braima Bangurá. Estiveram presentes representantes do Secretariado Nacional do PAIGC e dos Ministérios da Saúde e Assuntos Sociais, Educação Nacional, Transportes e Turismo e Informação e Cultura.

Durante o encontro, os participantes focaram a necessidade de se proceder a um reexame geral dos diminuídos físicos existentes no país, assim como à avaliação das estruturas

por forma a permitir-lhes uma reinserção social e integração no circuito económico do país, de acordo com as prioridades fixadas pelo Governo.

Ainda no decorrer da reunião foi analisado um memorando do Bureau Internacional do Trabalho (BIT) referente à readaptação e reintegração social dos deficientes físicos. As principais conclusões do BIT apontam para a possibilidade de implantação de oficinas de produção para os diminuídos físicos. Três ou quatro destas ofici-

nas de diversas especialidades poderão ficar localizadas em Bissau, pelo que o nosso país deverá pedir financiamento àquele organismo internacional, tendo em conta que o ano de 1981 é consagrado pelas Nações Unidas aos deficientes físicos.

Na próxima reunião, os participantes deverão dar o seu parecer quanto à aprovação do memorando do BIT, que, aliás, coincide com uma das maiores preocupações do Governo da Guiné-Bissau.

Eleitos novos Comitês do Partido

Orientada pela Comissão Dinamizadora do Congresso extraordinário do PAIGC, terminou anteontem, segunda-feira, no Sector Autónomo de Bissau, a campanha de eleição dos Comitês de Base do Partido.

Nas reuniões em todos os bairros e locais de trabalho da capital onde se procederam às eleições dos novos comitês foram igualmente eleitos dois delegados de cada Comité que participarão na segunda Conferência do Sector Autónomo.

Entretanto, os responsáveis partidários da região de Quinara preparam as conferências sectoriais do Partido a realizar dentro de dias. As eleições dos Comitês já terminaram na grande maioria das secções.

Por outro lado, com excepção de Boé, todos os outros sectores que integram a região de Gabú já têm, a nível de local de trabalho e de residência os respectivos Comitês de Base.

Programa do Governo

A necessidade de recuperação

Só hoje nos é possível iniciar a publicação de extractos do Programa do Governo Provisório, aprovado pelo Conselho de Revolução no passado dia 13 de Julho, e enviado à nossa Redacção 10 dias depois.

A extensão do documento torna materialmente impossível a sua divulgação integral. Vimo-nos, portanto, obrigados a um trabalho de síntese. Esperamos ter conseguido manter o que de mais importante e esclarecedor nos traz o Programa.

Logo em Preâmbulo, o actual executivo esclarece as razões que motivaram o presente documento, afirmando que não obstante o carácter transitório e limitado no tempo que condiciona a sua acção «impõe-se desde já a definição das linhas mestras d uma acção coerente, que conduzam ao estabelecimento no nosso país de uma política sócio-económica eficaz e justa, como forma de materialização dos objectivos globais do Movimento Reajustador do 14 de Novembro e dos anseios profundos do nosso povo».

O Programa divide-se em cinco capítulos principais: Domínio Económico-Financeiro (estabelecendo os objectivos da Política Económica); Política de Relações Exteriores; Defesa e Segurança; Domínio da Organização Político-Administrativa (Justiça, Administração, Função Pública e Trabalho); e Domínio Sócio-Cultural (com propostas concretas para a Política Social, Política Educativa e Cultural, e Comunicação Social).

Nesta edição debruçamo-nos apenas sobre o Domínio Económico-Financeiro que, aliás, preenche dois terços do Programa.

OBJECTIVOS DA POLÍTICA ECONÓMICA

Antes de estabelecer os objectivos da política

quadros; desequilíbrios salariais ao nível das empresas e do funcionalismo público; deterioração dos termos de troca; elevado nível de inflação

equilíbrios económico-financeiros indispensáveis à recuperação da actividade económica; política de austeridade; consolidação das estru-

central a correcção das disparidades existentes em termos de nível de vida e poder de compra da população, o Programa garante a actualiza-

ção correctora do Fundo de Comercialização.

Afirma-se ainda que serão fiscalizados os preços dos bens e serviços de maior consumo e reprimidas as actividades especulativas e o açambarcamento.

Ao nível da política salarial, o Governo adianta ter sido já criada uma Comissão que «procurará definir uma política ajustada às nossas condições, corrigindo as distorções actualmente existentes».

RACIONALIZAR AS IMPORTAÇÕES E INCENTIVAR A PRODUÇÃO

O Programa dedica a necessária atenção ao rigoroso controlo das despesas públicas (preconizando a eliminação das despesas não prioritárias), e à Política Fiscal.

A este respeito, estipula-se a transformação do sistema fiscal por forma a responder aos seguintes objectivos: aumento de receitas, maior justiça tributária (combatendo simultaneamente as diversas formas de evasão e fraude fiscais), simplificação, com vista a uma maior operacionalidade, da declaração, liquidação e cobrança de impostos, e coordenação da política fiscal com o combate contra a inflação e contra desequilíbrio externo.

«Procurar-se-á — afirma-se no Programa —

sões inflacionistas derivadas do excessivo ritmo de crescimento da massa monetária».

No entender do Governo Provisório, concretização deste objectivo impõe «a revisão do actual sistema contabilidade das contas do BNG com o Tesouro a incluir na organização administrativa e contabilística projectada para Direcção-Geral do Orçamento-Tesouro».

Como forma de atenuar o défice da Balança de Pagamentos, o Governo dispõe-se a uma actuação tendente a racionalizar as importações e a incentivar a produção de bens que permitam a substituição de importações (com especial incidência no sector primário através da garantia de preços, condições de crédito favoráveis, abastecimento em fatores de produção, bens de consumo essenciais. Estas medidas serão completadas pelo estabelecimento de uma política comercial com os seguintes parâmetros: reestruturação do sector comercial, redefinição dos objectivos e áreas de acção dos sectores público e privado; elaboração de um programa de importações assentes nas necessidades de abastecimento às populações dos sectores de actividade; reorganização da rede de distribuição por forma a obter o equilíbrio no abastecimento e no escoamento; orientação e controlo do comércio externo através dos organismos adequados.

SECTOR AGRÍCOLA — TRANSFORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

A Agricultura passará, finalmente, a ser considerada como o sector prioritário da nossa economia.

Nestes termos, o Governo estipula, como bases da Política Agrícola: Organização do meio rural e criação de estruturas capazes de transformar e modernizar a nossa agricultura.

Promoção e intensificação de culturas permanentes diversifi-

Planificação - a resposta aos problemas

No que se refere ao Controlo e Gestão Planificada da Economia, pode ler-se, no Programa do Governo Provisório:

«A planificação será a pedra angular para a construção de uma economia nacional independente, para o desenvolvimento harmonioso dos nossos recursos e melhor aproveitamento das nossas potencialidades materiais e humanas. Neste sentido, iremos conjugar os esforços de todos os Departamentos do Estado, no sentido da elaboração e realização do Primeiro Plano Quadrienal 1983/1986, de acordo com as opções, prioridades e linhas gerais estabelecidas pelo III Congresso do PAIGC em Novembro de 1977.

O Plano será assim a resposta global e coordenada aos problemas que enfrentamos. Será o quadro

fundamental de referência utilizado pelo Governo como meio de organização e funcionamento da actividade económica. Será o espaço de intervenção dos cidadãos na definição das suas necessidades e aspirações, mediante uma ligação dinâmica entre as unidades produtivas, a administração, as regiões, os órgãos locais, os trabalhadores, na construção das soluções que garantam o desenvolvimento harmonioso da nossa economia e uma justa distribuição quer individual quer regional do produto nacional.

No Plano constará o quadro de funcionamento do sector privado de economia, assim como a sua intervenção no esforço de desenvolvimento e reconstrução nacional que se irá desenvolver».

económica, o Governo Provisório caracteriza, em geito de introdução, os problemas com que se debate o país, e que são justamente apontados como consequência do subdesenvolvimento, agravados pelos maus anos agrícolas e falta de incentivos e mobilização das populações, e ainda por investimentos inadequados ao estágio de desenvolvimento do país.

Em síntese, aponta-se: baixos níveis de produção agrícola e pesqueira; desequilíbrios estruturais entre a cidade e o campo; deficiências dos circuitos de distribuição e comercialização; elevados défices da balança de pagamentos; défice crónico do Orçamento de Financiamento do Estado; irregular funcionamento (quando não suspensão da actividade) de empresas públicas e mistas; exagero de investimentos em relação à capacidade de gestão e ritmo de formação de

(o que agrava a já de si deficiente distribuição de rendimentos); contrabando de mercadorias (dólar) e tráfico ilegal de divisas; e açambarcamento e especulação de géneros de primeira necessidade. Refere-se que a situação do nosso país ainda é atingida, naturalmente, pelo encarecimento constante da tecnologia e pela elevação dos preços do petróleo.

Assim, o Governo Provisório, perfilhando a estratégia de desenvolvimento preconizada pelo III Congresso «para responder ao conjunto de problemas económicos que defrontamos», e tendo em vista «melhorar as condições de vida do nosso povo, assegurando a satisfação gradual das suas necessidades essenciais e corrigindo a distribuição de rendimentos», aponta os seguintes objectivos de política económica:

— Controlo e gestão planificada da economia; restabelecimento dos

turas produtivas e expansão da produção; criação de infra-estruturas económicas necessárias ao subdesenvolvimento; aproveitamento e máxima utilização dos nossos recursos naturais; incentivo e apoio às iniciativas populares; estímulo às iniciativas privadas; formação de quadros; e luta por uma Nova Ordem Económica Internacional.

PREÇOS E RENDIMENTOS — COMBATER A INFLAÇÃO

A luta contra a inflação a partir da contenção dos preços dos bens essenciais acompanhada pelo estabelecimento de uma política de melhoria do nível de rendimento dos sectores sociais mais desfavorecidos, constitui peça fundamental da Política de Preços e Rendimentos fixada pelo Governo Provisório.

Nestes termos, e marcando como objectivo

permanente de preços de garantia para os produtos agrícolas (o que, pensa-se, por si só funcionará como um

Incentivar e mobilizar

«A satisfação das necessidades essenciais, sobretudo as materiais, dependem do aumento da produção, nomeadamente de uma produção agrícola alimentar e diversificada:

a) O Governo procurará incentivar e mobilizar a população para a produção, melhorando os sistemas de escoamento e armazenamento, os circuitos comerciais e de distribuição de bens essenciais de consumo e produção.

b) O Governo procurará garantir a segurança alimentar do nosso Povo, assegurando uma correcta e controlada distribuição dos produtos nacionais, bem como da ajuda alimentar ao nosso País.

c) O Governo procurará assegurar a satisfação das necessidades sociais básicas do nosso Povo».

(do Programa do Governo Provisório).

dos indispensáveis incentivos à produção), e estabilizará os preços dos bens de consumo essenciais, designadamente, através da interven-

combater a tendência crescente para o agravamento do défice governamental, por forma a evitar a pressão sobre a balança de pagamentos e a reduzir as ten-

Provisório (1)

O país

das, melhoramento e introdução de rotação de culturas e estímulo à integração de pecuária no sistema agrário.

Desenvolvimento das culturas agro-industriais com o objectivo de produzir excedentes para a exportação.

Vulgarização das experiências e inovações agro-pecuárias através de métodos adequados.

baseadas em polos de atracção que traduzam problemas reais das comunidades em causa.

Organização e orientação das granjas estatais, com vista a cumprirem objectivos de experimentação, vulgarização, produção e apoio das explorações agrícolas.

Realização do recenseamento agrícola do

com vista ao aumento imediato da superfície irrigada.

Na sequência do caminho apontado pelo III Congresso do P.A.I. G.C., se a agricultura é a base, a indústria é o dinamizador. Assim, o Governo Provisório propõe-se adoptar, para o sector industrial, as seguintes decisões:

promover o desenvolvimento das pequenas indústrias para consumo nacional com incidência ao sector primário; reorientar as indústrias agro-pecuárias existentes e estudar a implantação de novas; elaborar um plano de desenvolvimento industrial a médio prazo orientado pela necessidade de concentrar sectorialmente os investimentos industriais, e industrialização do meio rural com projectos que possam aumentar o nível tecnológico do campo e criação de polos regionais descentralizados de localização industrial; e implementar um programa de manutenção e reparação dos meios existentes e um abastecimento capaz em sobresalentes.

PAIGC - pedra angular

«O nosso Partido, o PAIGC, será a pedra angular na mobilização política da nossa população para o desenvolvimento económico e para a realização das esperanças do nosso Povo a um futuro melhor para os seus filhos.

Podemos consegui-lo com disciplina e trabalho, com planeamento e dedicação ao estudo para cada vez melhor nos entendermos e entender os nossos problemas e a maneira de os resolver».

(do Programa do Governo Provisório)

Execução da política de desenvolvimento rural integrado.

Mobilização de camponeses de uma forma consciente e activa para se organizarem em associações, embriões de futuras cooperativas

país, dando continuidade ao estudo realizado pelo saudoso camarada Amílcar Cabral em 1953.

Criação do crédito agrícola.

Reforço da estrutura de hidráulica agrícola

Política de austeridade

O Governo Provisório anuncia a criação de Comissões com o objectivo de propor as medidas de austeridade que se impõem ao nosso país.

Pode ler-se no Programa: «A austeridade significará o rigor, a eficiência, a seriedade, a justiça, a disciplina na condução das nossas decisões económicas.

A política de austeridade que teremos de praticar, deverá ser uma escolha consciente, uma opção determinada pelo momento histórico de desenvolvimento em que nos encontramos, e indispensável para rompermos com o subdesenvolvimento».



Agricultura é a prioridade das prioridades do Governo.

Dissolução da Naguicave Impasse sobre as modalidades de liquidação

De acordo com as deliberações da segunda sessão da 4.ª Assembleia Geral ordinária da Naguicave, realizaram-se em S. Vicente, de 30 de Julho a 1 de Agosto, mais uma série de debates com vista à dissolução da Companhia Mista de Marinha Mercante da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Recorde-se que, após a acção de Reajustamento desencadeada a 14 de Novembro do ano passado, veio à luz a inviabilidade das estruturas em que se assentava a referida companhia, sobretudo no que diz respeito aos direitos que deviam caber à Guiné-Bissau na qualidade de co-financiadora, ou se quisermos, na perspectiva da «Unidade» entre os dois Estados. Os privados caboverdianos, a quem coube participar com quatro por cento do capital inicial, apoiaram a posição do Governo de Cabo Verde de se dissolver a companhia, tendo-se chegado a um impasse quanto as modalidades de liquidação e partilha.

A ordem do dia desta última reunião, versava dois aspectos essenciais: a «dissolução da sociedade» e a «modalidade de liquidação».

A delegação da Guiné-Bissau, antes de votar a favor da proposta de Cabo Verde de dissolução, fez as seguintes considerações, conforme consta na acta da reunião:

«Foi demonstrado que a Empresa é viável, isto é, que não tem problemas financeiros graves; que tem condições para ganhar dinheiro e, por conseguinte, um futuro promissor. Apesar do Estado de Cabo Verde ter proposto a dissolução da Naguicave, verifica-se na prática que a empresa tem vindo a aumentar nos últimos meses os investimentos (edifícios e participações financeiras), e a reforçar os seus meios humanos, procedimento esse que está em contradição com a proposta agora apresentada de dissolução».

«A proposta de dissolução não tem a mínima justificação técnica e económica, como atrás já referimos, concluindo-se que é apenas a vontade de Cabo Verde de acabar com a Empresa, que se pode considerar como justificativa. Foram assim esgotadas todas as tentativas de diálogo no sentido de uma cooperação neste domínio entre os nossos dois países. Por isso, a delegação governamental da Guiné-Bissau vota a favor da posição apresentada pela delegação do Estado de Cabo Verde».

PEDIDA A CESSAÇÃO DAS OPERAÇÕES DA EMPRESA

Tendo em conta que esta Assembleia Geral se decidiu pela dissolução da Naguicave, a delegação da Guiné-Bissau pediu a palavra para propor as seguintes modalidades de dissolução:

— «A cessação das operações da Empresa a partir de 1 de Agosto corrente, de acordo com a Lei e sem prejuízo das actividades da mesma no que diz respeito aos compromissos assumidos ou em curso; — A nomeação de uma comissão liquidatária proposta por representantes dos três grupos de accionistas nas respectivas proporções; — A fixação da data limite para a apresentação à Assembleia Geral, pelo Conselho da Administração, das contas da sua última gestão que decorre de 1 de Janeiro a 30 de Julho do corrente ano, a qual não deverá ser superior a 45 dias».

— «A apresentação pelo Conselho da Administração na referida Assembleia Geral do balanço reavaliado e devidamente fundamentado e documentado com os pareceres de peritos idóneos relativos ao valor de cada imobilização; — Que a Comissão Liquidatária, no domínio dos negócios, apenas fique com poderes para realizar aqueles relativamente aos quais a Empresa já tinha assumido compromissos, ou completar os que se encontrem pendentes ou em curso»;

— «Que a Comissão Liquidatária anuncie, no mais curto prazo de tempo, em jornais e publicações especializadas nos dois países e do estrangeiro, que estão à venda os barcos e demais mobilizados da Empresa, cujas características devem ser indicadas, estabelecendo nos respectivos prazos razoáveis para se receberem propostas de compra; — Que a Comissão Liquidatária estabeleça contactos com Brokers, de reconhecida especialidade, no sentido de estas obterem propostas no mercado internacional para compra dos barcos da Naguicave»;

— «Que a partir de 1 de Agosto e no mais curto prazo possível, cessem todos os custos sejam de que natureza

forem, que não sejam os estritamente indispensáveis a manutenção, em boas condições de uso, dos imobilizados da Empresa e à conclusão do processo de liquidação e partilha; — Que no quadro da liquidação, a respectiva comissão promova a realização de uma auditoria externa; — A fixação do prazo em que deve estar concluído o processo de liquidação e partilha, que não deve ser superior a seis meses».

Posteriormente, a posição da Guiné-Bissau quanto às modalidades de liquidação foi submetida à apreciação da Assembleia, tendo a delegação do Estado de Cabo Verde afirmando que embora a proposta da Guiné-Bissau pudesse ser aceitável em alguns pontos nele contidos, não o era na globalidade por estar assente em dois pressupostos inaceitáveis para o Governo de Cabo Verde: — «A cessação imediata das actividades da Empresa, pelos custos fixos que implica e pelos custos sociais que faria incidir sobre Cabo Verde; e a venda do património da empresa no mercado internacional, por ser solução que, podendo significar a venda a estrangeiros, não corresponde aos interesses reais de qualquer dos accionistas, embora possa satisfazer terceiros».

Antes de apresentar uma contraproposta, o Governo caboverdiano reconhece que o grosso da actividade e dos bens e valores da Naguicave se encontra em Cabo Verde; e que a existência de uma frota mercante de segurança é de importância fundamental para Cabo Verde; contrapõe a seguinte modalidade de liquidação:

«Que o activo e o passivo global da Empresa com referência a 31 de Julho de 1981 sejam transferidos para o Estado de Cabo Verde que, em consequência, assu-

Continua na Página 8)

1.º Encontro recomenda à Educação Aumento do tempo de aulas e testes aos alunos

Após três dias de debates baseados em três temas apresentados, procedeu-se, no passado sábado no salão da sede do PAIGC, ao encerramento do 1.º Encontro dos Quadros Técnicos da Educação Física e Desporto.

As preocupações dos participantes ao encontro incidiram fundamentalmente sobre a democratização da cultura física e desporto, sendo de destacar as propostas apresentadas por diversos professores, das quais uma, concretamente, visava: alargar o desporto aos bairros (à semelhança do campeonato de bairro) para as crianças; a superação dos professores de Educação Física através de seminários; a substituição rotativa dos professores que se encontram no interior para que tenham oportunidade de aumentarem os seus conhecimentos, matriculando-se na ENEFD.

Para além disso, durante as discussões vivas que tomaram vulto du-

rante estes dias, foi reafirmado mais uma vez que a actividade desportiva nas escolas poderá contribuir para aquisição de hábitos desportivos para todas as idades, já que todos os cidadãos têm direito à escolaridade.

Portanto, nos termos dos trabalhos, o 1.º Encontro dos Quadros Técnicos da Educação Física e Desporto aprovou uma resolução geral onde se recomenda à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos a elaboração e definição de uma política de desenvolvimento desportivo nacional, através de órgãos criados para o efeito; que a S. J. D. tome em conta a preparação das delegações desportivas que se deslocam ao exterior em representação do país, tanto no que se refere aos atletas, que devem estar minimamente preparados, assim como aos dirigentes especialistas na matéria; face à profunda carência de equipamento desportivo, solicita-se à S.

J. D. no sentido de negociar com o Ministério de Comércio e Pescas para a criação de uma casa de artigos desportivos.

A Educação Nacional, a resolução final recomenda entre outros os seguintes pontos: aumento de mais uma hora semanal destinada a aulas teóricas; que a partir do próximo ano os alunos se apresentem nas aulas de educação física devidamente equipados com calções de cor branca, e que a disciplina da educação física deverá ser como qualquer disciplina curricular, onde os alunos testemunharão as suas capacidades por testes teóricos e práticos, influenciando necessariamente na sua aprovação escolar.

Contudo, as mesmas recomendações são extensivas às Organizações de Massa, às FARP e aos Órgãos de Informação. Para estes últimos, com o objectivo de promoverem campanhas de sensibilização para que as populações sejam in-

formadas da importância da Educação Física e Desporto.

O Encontro contou com a presença de cinco dezenas de participantes, onde se podiam destacar alguns dirigentes da Educação Nacional, delegados das organizações de massa, dos clubes e do BNG. A mesa foi presidida pelo camarada Carlos Dias, e na Vice-presidência, Gregório Badupa, da F. N. F.

De salientar ainda que muitos professores, em número de 12, não levantaram os seus convites, principalmente os do interior, mas apesar de tudo estiveram presentes.

Por outro lado, as resoluções sendo recomendações aos diversos organismos, devem ser postas em prática através de trabalho comum entre os mesmos, para que realmente não sejam esquecidas.

Futebol africano

A equipa das Forças Armadas Populares (FAP) sagrou-se no último domingo campeão de futebol do Benin da época 1980-81, em confronto com formações de oito regiões do país.

O troféu do campeonato foi entregue à equipa das FAP durante a final do torneio da «Cruz Vermelha Beninense», realizada em Cotonu. Este torneio foi ganho pelo vice-campeão do Benin, os «Requins», equipa da província do Atlântico.

TAÇA DOS CAMPEÕES

Nos camarões, o Dinamo de Douala, segundo classificado do campeonato camaronês, conseguiu a proeza de arrebatar a Taça Nacional, ao derrotar na final da prova, disputada no domingo à tarde em Garoua, o Union de Douala por duas bolas a zero.

O domínio do Dinamo de Douala foi total e os seus golos foram apontados por Calvin Yon e Oscar Yeobo.

Como sucedeu há uma semana, com o sucesso do Tonnerre de Yaoundé no campeonato dos Camarões, a vitória do Dinamo de Douala traduz uma renovação do futebol camaronês, onde Canon de Yaoundé e Union de Douala já não são reis e senhores. A média de idade dos jogadores do Dinamo é de 20 anos, enquanto a dos futebolistas do Tonnerre é de 23 anos.

Por outro lado, a equipa nacional dos Camarões, os «Leões Indomáveis», encontra-se em estágio, na perspectiva do jogo de qualificação para a fase final da Taça das Nações Africanas, em que deve defrontar no próximo domingo, dia 16, a selecção do Madagascar.

TROFÉU EYADEMA

Em Conakry, o Stella Club de Abidjan, recente vencedor do campeonato da Costa do Marfim, derrotou o Kakimbo FC de Conakry 2 por três bolas a duas, no desafio da primeira mão das meias-finais do torneio da UFAO, disputado no domingo no estádio «28 de Setembro». Ao intervalo as duas formações empatavam a uma bola.

O encontro da segunda mão realiza-se dentro de duas semanas em Abidjan. A outra meia-final do torneio da UFOA oporá o vencedor do jogo Water Corporation (Nigéria) — AS Police (Senegal) ao Niayes de Pikin, também do Senegal.

Water Corporation e o AS Police jogam no próximo sábado, dia 15, em Ibadan, para a primeira mão. Recordamos que o AS Police é o detentor do troféu Eyadema.

Campeonato de defeso

BANDIM-2 — As formações da UDAK e Pulgas empataram a uma bola no jogo «grande» que marcou a última jornada da primeira volta. Com este empate, a equipa dos Pulgas continua no topo da tabela com oito pontos, seguida pela UDAK e Djourçon com sete pontos, Djagras com 3 e Bona Gosta e Pamparida com dois pontos cada.

Entretanto, os restantes resultados desta quinta jornada foram os

seguintes: Pamparida, 0 — Djagras, 0 e Djourçon, 1 — Bona Gosta, 0.

PÉFINI — Encontrase já na sua derradeira fase. No último fim de semana foram disputados os jogos correspondentes à 2.ª jornada, a penúltima da segunda volta: Holanda, 5 — França, 4 e a Polónia venceu o Brasil por 5/0 «na secretaria», devido à falta de comparência dos «brasileiros».

PLUBÁ-2 — Neste fim

de semana disputaram-se os jogos referentes à segunda jornada da segunda volta com os seguintes resultados: Flamengo, 2 — Botafogo, 2 e Canon, 3 — N. de Madeira, 4.

RENO GAMBIAFADA — Iniciou-se a primeira jornada do campeonato deste bairro, no estádio «Escelar», com os seguintes resultados: Bombeiros, 6 — CEABIS, 1; Frente a Frente, 2 — Tchupa-Tchifre, 3 e Petit a Petit, 3 — N'Bar-

ganha, 0.

Saliente-se que os organizadores cobram a bancada por cinco pesos. Segundo conseguimos apurar, 5 a 10 por cento da receita serão destinados à construção da sede do Comité de Partido, e a restante quantia remetida ao cofre para a angariação de fundos da equipa de Frente a Frente, obreira do campeonato, agora sob a égide do Comité de Partido do bairro de Reno/Gambiafada.

Encerrado o curso de Karaté da Polícia de Ordem Pública

Uma demonstração de karaté, realizada no passado sábado no salão do III Congresso, constituiu o ponto mais alto do encerramento do curso da modalidade ministrado a 140 elementos da Polícia de Ordem Pública. 25 alunos, dos quais 16 foram seleccionados para se exibirem perante um numeroso público e assinalava-se a presença de Francisco Barreto, Secretário-Geral do Ministério

do Interior — são detentores do cinturão vermelho. Segundo Mamadu Fall Seidi, professor da Escola de Karaté da Polícia, no espaço de um ano estes alunos poderão ascender ao cinturão negro — 1.º Dan.

Os referidos alunos passarão todos ao serviço activo na corporação com uma preparação de defesa pessoal, essência do karaté, demonstrada em relevo nas diversas cenas apresenta-

das ao público, entre as quais ataque à mão armada e ataque simultâneo de três contra um.

A escola de Karaté, sita na Base Aérea, foi criada em 1976 e dirigida por Mamadu Fall Seidi, cinturão negro (3.º Dan), conjuntamente com dois mestres coreanos. Nela são ministrados todos os dias quatro horas de treinos, divididos em duas sessões de trabalho, a 140 alunos.

Anúncios

Dr. João Soares da Gama, nasceu em 28 de Setembro de 1953, na ilha de Onhocomo, Sector de Bubaque; antigo aluno do Liceu Honório Barreto até 3.º ano: em 1968 a 69 embarca para se internar no Colégio de Porto de Mós-Portugal: em 1969 faz os exames de 3.º 4.º e 5.º ano, em 1970 a 71 faz o 6.º ano e política Ultramarina de 7.º ano; em 1972 a 1973 acaba o 7.º ano e regressa ao país, devido ao encerramento das Faculdades. No ano de 1975 foi contemplado com a bolsa para o curso Superior de Medicina; no mesmo ano

embarca para Cuba, onde frequentou na Faculdade de Ciências Médi-

de 1980, no 5.º ano sofre a bárbara morte.

MISSA DE PRIMEIRO ANIVERSÁRIO

Jacinta Gama, Adão Gama, Amélia Gama, Arminda Gama e António Vieira, comunicam toda a família, Legionários de Maria, Jovens cantores de paróquia e pessoas amigas, que será rezada a Missa de 1.º aniversário no dia 19 de Agosto do corrente, pelas 19 horas na Catedral de Bissau, sufragando a alma de seu filho e irmão, Dr. João Soares da Gama.

Balsemão demite-se

O Primeiro-Ministro português Francisco Pinto Balsemão decidiu demitir-se do seu cargo, depois de ter sido colocado em minoria numa reunião do seu partido, o Partido Social-Democrata (PSD).

Pinto Balsemão considerou que não obteve uma maioria suficiente durante o voto de confiança sobre a sua política, efectuado no decurso do Conselho Nacional do PSD.

Uma das soluções que agora se apresenta dentro dos mecanismos constitucionais, será a nomeação, por Ramalho Eanes, de um «governo de confiança presidencial», que, naturalmente caberá à Aliança Democrática (coligação maioritária no Parlamento, de que faz parte o PSD).

Segundo os observadores, admite-se inclusivamente, que o Presidente da República portuguesa volte a indigitar (portanto, a reconduzir) Pinto Balsemão. Esta saída é mais provável que a convocatória de eleições antecipadas.

Remodelação ministerial no Senegal

Uma remodelação ministerial registou-se na sexta-feira passada no Senegal, provocando a saída do governo senegalês de duas personalidades bastante rodadas no cenário nacional, que são Adrien Senghor, ministro do Estado do Equipamento e da Hidráulica e sobrinho do antigo presidente Senghor, assim como Louis Alexandrenne, ministro do Plano e da Coordenação.

Estas mudanças já estavam previstas desde o início deste ano, quando Abdou Diouf, na altura Primeiro-Ministro, substituiu Leopold Sedar Senghor como presidente da República do Senegal.

O governo formado neste dia por Habib Thiam, Primeiro-Ministro, era um governo de «continuidade», mas a maioria dos senegaleses esperavam uma ou várias remodelações que ilustrassem uma «mudança».

Em vez disso, o governo senegalês preferiu, no decurso dos últimos sete meses que se seguiram à partida do presidente Senghor, proceder a reformas, tais como o diálogo com as forças sindi-

cais (estados gerais de Educação), reconhecimento de todos os partidos políticos, aumento dos preços de compra ao produtor, etc...

Operadas estas transformações graduais, era normal que se desse a remodelação. Os observadores sublinharam que o facto mais marcante desta remodelação foi a demissão de Adrien Senghor, que fora recentemente alvo de uma polémica na imprensa senegalesa acerca dos problemas do enriquecimento ilícito.

A remodelação de sexta-feira ficou também marcada pelo regresso ao governo de Joseph Mathiam, antigo titular da pasta da Juventude e Desportos, que substituiu Assene Seck como ministro da Cultura, por este ter ficado no lugar de Adrien Senghor. O lugar de Louis Alexandrenne foi ocupado por Mamoudou Touré, antigo ministro da Mauritânia e ex-conselheiro na presidência do Senegal. Touré foi igualmente funcionário internacional no Zaire por conta do Fundo Monetário Internacional.

Crise política no Brasil

A demissão «irrevogável» do general Golbery do Couto e Silva, chefe da casa civil do presidente João Figueiredo, revelou na última quinta-feira uma crise do poder, que alguns observadores políticos consideram como o mais grave que afecta o regime militar brasileiro desde o golpe de estado de 1964.

A primeira questão que se coloca nos meios políticos é saber o que sucederá agora à política de abertura democrática, de que o general Golbery foi o principal artesão

desde o governo de Ernesto Geisel.

Embora não tenham sido oficialmente revelados, os motivos da demissão do general Golbery não são um mistério. Os observadores haviam notado há várias semanas o desacordo crescente do chefe da casa civil da presidência com certas medidas de ordem social e económica que, na sua opinião, contrariavam o processo de «redemocratização» gradual e controlado do regime tal como lhe concebiam.

Para o general Golbery, o problema do re-

gime é acabar com o dilema existente entre a necessidade de brandura política que impõe a escolha da redemocratização e a firmeza exigida pelo agravamento da crise económica. Mas para o ex-chefe da casa civil da presidência, a solução política deve sempre prevalecer sobre a solução económica.

Delfim Neto, ministro do Plano e principal coordenador da política económica do governo, parece ter ganho no conflito que o opunha ao

general Golbery a propósito da crise da «previdência social».

Contudo, os observadores lembram que foi com os mesmos argumentos de repressão do poder militar que o ministro do Plano realizou há dez anos o seu famoso «milagre económico». Portanto, receia-se hoje, nos meios políticos liberais do Brasil, que Delfim Neto seja tentado a defender um endurecimento político do regime, a fim de realizar o seu plano de salvação económica.

África do Sul: A mulher na luta contra o racismo

Na África do Sul, o dia 9 de Agosto, dia das mulheres sul-africanas, não é uma data oficial como noutros países do mundo. Pelo contrário, é uma data proibida e clandestina. Quando as mulheres sul-africanas a celebraram no passado dia 9 de Agosto, evocaram o dia em que há 25 anos umas 2 mil mulheres se juntaram à «grande marcha pela liberdade», como protesto contra o apartheid.

As manifestantes provinham de todos os lados e profissões e de todas as raças e credos, para marchar até ao gabinete do Primeiro-Ministro em Pretória, o coração do apartheid, e exigir a abolição das odiadas «leis de autorização» (pass). As participantes na manifestação, mobilizadas pela Federação de Mulheres Sul-Africanas, protestavam especificamente contra a extensão às mulheres das leis que restringem os movimentos dos negros neste país. Contudo, as suas exigências iam mais longe: a eliminação de toda a legislação repressiva em que se baseia o sistema do apartheid.

Desde esse dia, o 9 de Agosto foi dedicado a comemorar a luta dessas mulheres e a manifestar a solidariedade para com outras mulheres que hoje participam

activamente nas lutas de libertação na África do Sul e em todo o mundo.

Para celebrar o aniversário, os representantes dos movimentos de libertação reúnem-se independentemente do lugar onde se encontrem os seus gabinetes, e reafirmam a sua dedicação à luta. O ano passado em Lusaka, o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul e a Organização de Libertação do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) reuniram-se no colégio Evelyn Hone.

Uma declaração do ANC pediu aos partidários dos movimentos de libertação da África Austral que intensificassem as suas acções para a libertação dos presos políticos e estudantes detidos.

Na mesma reunião, Florence Mophosho, do ANC, referiu que se tratava de um momento oportuno, pois as mulheres de todo o mundo haviam terminado a conferência de Copenhague, celebrada a meio da década da ONU dedicada à mulher.

Recordou o dia 16 de Dezembro de 1961 em que o movimento de libertação do ANC criou o Exército Popular, indicando que isso reflecte a realidade com que

se defronta o povo da África do Sul — ceder perante o apartheid e ser escravo para sempre, ou continuar a lutar — e que o desafio chegou também às mulheres pois tratava-se de um desafio universal independentemente do sexo ou das crenças.

As organizações de mulheres sul-africanas vêm nesta integração total da mulher nas lutas de libertação uma forma de se libertarem da submissão aos homens e conseguir a igualdade.

«A nossa tarefa inclui também o acabar com a velha tradição da mulher como dona de casa e seguir em frente como lutadores iguais e plenos juntamente com os homens pela causa comum», disse Mophosho.

Esta posição parece ter-lhe granjeado muitos amigos em todo o mundo, particularmente nos vizinhos países da África Austral — a reunião em Evelyn Hone contou com a participação de mais de cem homens e mulheres do centro de libertação e de estudantes da Universidade da Zâmbia e o presidente da Associação Zambiana para a libertação da África do Sul (ZALSA), Mundia Matakal, disse que as mulheres sul-africanas «dão uma lição de coragem às mulheres de todo o mundo».

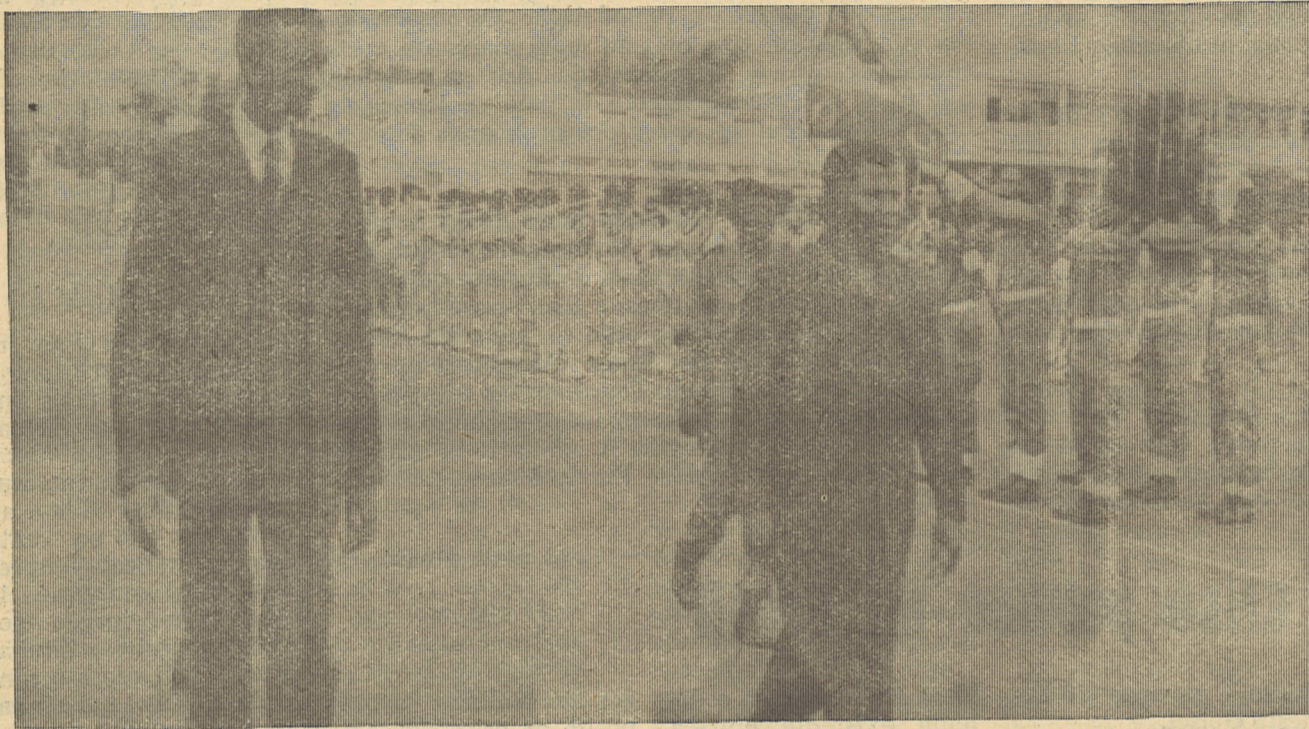
SITUAÇÃO NO TCHAD

N'DJAMENA — Os funcionários tchadianos receberam no início de Agosto o equivalente a um mês de salário, graças a uma ajuda financeira fornecida pela Líbia. Tripoli concluiu um acordo com o governo do Tchad, nos termos do qual pagaria aos funcionários tchadianos os seus vencimentos durante seis meses, a contar de Março último.

TRÁFICO DE JOVENS

BONNA — Cerca de 50 adolescentes de 10 a 14 anos de idade são praticamente raptados todos os anos na Alemanha Federal, para serem entregues à prostituição nos Estados Unidos, denunciou o jornal alemão «Bild-Zeitung». Segundo o «Bild», que cita o FBI (serviço de espionagem americano), estas jovens alemãs são abordadas nos cafés por uma pessoa que as convida para almoçar. Quando já são bastante numerosas, são levadas em grupo de avião para as Bahamas, com falsos passaportes. Depois são repartidas nos meios homossexuais.

Encontro de algumas horas em Dakar Nino Vieira e Abdou Diouf analisam a cooperação sub-regional



O camarada Nino Vieira, passando em revista a guarda de honra, no aeroporto de Dakar, tendo ao lado o Presidente Abdou Diouf.

O camarada Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução, efectuou no último sábado uma visita de trabalho de algumas horas ao Senegal. O camarada Presidente do Conselho da Revolução deixou Bissau na tarde de sábado, num dos aviões da companhia nacional de aviação — LIA, tendo sido acolhido à descida do aparelho pelo Presidente senegalês Abdou Diouf, que estava ladeado pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Moustapha

Niasse e Jean Colin, Secretário-Geral da Presidência.

Após os cumprimentos aos membros do Governo daquele país vizinho os dois Presidentes tiveram um encontro de meia hora, na qual passaram em revista a situação sub-regional, regional, africana e internacional, com incidência particular sobre a situação na Gâmbia, após a tentativa do golpe de Estado do mês passado.

Depois da reunião entre os dois chefes de Estado, o camarada Nino Vieira declarou aos ór-

gãos da informação de que a Guiné-Bissau compreende e reconhece as razões da intervenção militar senegalesa na Gâmbia que esmagou o golpe que depôs, por alguns dias, o Presidente Dawda Jawara.

Ainda no encontro entre os dois Presidentes foi abordada a cooperação entre a Guiné-Bissau, República da Guiné, Senegal e Gâmbia, e ficou assente que os ministros dos Negócios Estrangeiros destes quatro países reunir-se-ão brevemente, para analisarem os projectos desta

cooperação sub-regional.

O camarada Nino Vieira viajou acompanhado pelos camaradas Manuel Saturnino, Buota Na Batcha, ambos do C. R. e ministro do Interior e Comandante da Marinha de Guerra Nacional, respectivamente, Joseph Turpin, colaborador principal do CR e ministro do Comércio, Pescas e Artesanato, Avito da Silva, ministro do Desenvolvimento Rural, Alexandre Nunes Correia, nosso embaixador no Senegal, e chefes das Casas Militar e Civil da Presidência do C. R.

Comandante Kabi avistou-se com Sekou Touré

Após uma visita de trabalho a República Popular e Revolucionária da Guiné, regressou ao fim da tarde de ontem a Bissau, o camarada Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução.

Esta visita insere-se no âmbito de reajustamento de pontos de vista sobre a situação sub-regional, regional, africana e internacional.

A sua chegada à Conakry, o camarada João Bernardo Vieira foi acolhido no Aeroporto de Gbessia pelo Presidente da Assembleia Nacional Popular, Damantang Camará, com quem teve um breve encontro informal, na sala de VIPS do aeroporto.

De Conakry, o camarada Nino Vieira e a sua comitiva, seguiram em companhia daquela personalidade do Bureau Político do PDG para Faranah, onde o Presidente Sekou Touré se encontrava em visita de trabalho.

Em Faranah, o camarada Nino Vieira foi vivamente ovacionado pela população local, realizando-se seguidamente um encontro de meia hora com o camarada Sekou Touré. Em seguida, as duas delegações dirigidas pelos respectivos chefes de Estado tiveram conversações. Pensa-se que tanto no encontro entre os dois Presidentes como no das duas delegações foram abordadas a cooperação bilateral, a sub-regional e regional. No entanto, nenhum comunicado foi tornado público.

Nesta sua viagem de trabalho a República irmã da Guiné, o Presidente do Conselho da Revolução era acompanhado pelos camaradas Iafai Camará, do C.R., Samba Lamine Mané, do C.R. e ministro dos Recursos Naturais, Joseph Turpin, colaborador do C.R. e ministro do Comércio, Pescas e Artesanato, Lamine Haidara, director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, José Baptista, chefe do Protocolo e Benhanquerem Na Tchanda, chefe da Casa Civil da Presidência do C. R.

Dissolução da Naguicave

(Cont. das Centrais)

liação e da auditoria, constituíssem encargo de todos os accionistas, na proporção do capital social».

A Assembleia rejeitou a votação «ponto por ponto» proposta pela parte guineense, tendo adoptado a proposta caboverdiana de votação das propostas de liquidação «na sua globalidade». Daí que os accionistas caboverdianos (Governo e privados) rejeitaram a proposta da Guiné-Bissau, que é um dos sócios majoritários, tendo aprovado a proposta do Governo de Cabo Verde, a qual serve, é evidente, os interesses restritos de Cabo Verde, proposta essa que a parte guineense, por sua vez, rejeitou.

mira a obrigação de pagar aos restantes accionistas as respectivas quotas partes da situação líquida eventualmente existente; Que a determinação do activo e passivo da empresa seja feita com base na reavaliação directa por uma comissão de três peritos nomeados pelas três partes, e um terceiro que presidiria uma empresa ou organismo especializado e independente, designado por acordo entre todos os accionistas»;

Na contraproposta do Governo de Cabo Verde destaca-se ainda o seguinte: «Que as despesas inerentes as operações complementares da dissolução e bem assim as decorrentes de reava-

liação e da auditoria, constituíssem encargo de todos os accionistas, na proporção do capital social».

A Assembleia rejeitou a votação «ponto por ponto» proposta pela parte guineense, tendo adoptado a proposta caboverdiana de votação das propostas de liquidação «na sua globalidade». Daí que os accionistas caboverdianos (Governo e privados) rejeitaram a proposta da Guiné-Bissau, que é um dos sócios majoritários, tendo aprovado a proposta do Governo de Cabo Verde, a qual serve, é evidente, os interesses restritos de Cabo Verde, proposta essa que a parte guineense, por sua vez, rejeitou.

Para análise aos documentos do Congresso O CNG reunirá nos próximos dias 21 e 22

O Conselho Nacional da Guiné do PAIGC reunir-se-á nos próximos dias 21 e 22 do corrente mês, em Bissau, para análise e aprovação das cinco Teses e dos anteprojectos dos Estatutos e do programa do Partido, elaborados pela Comissão de Textos, e de outros documentos elaborados pela Comissão Técnica, sobre aspectos organizativos.

As cinco Teses incidem sobre a denominação

do Partido de Cabral, a ideologia do PAIGC, a razão de ser do PAIGC, força dirigente da sociedade, bem como questões relacionadas com a unidade nacional e a construção de uma economia nacional independente. A Comissão Técnica, apresenta um projecto de ordem de trabalhos e documentos sobre questões organizativas do Congresso, e uma proposta de orça-

mento relacionada com o importante evento.

Estes documentos foram já analisados exaustivamente e aprovados nas reuniões do Comité Permanente da C. N. G. com a Comissão Preparatória do Congresso, que terminou antontem os seus trabalhos, orientados pelo camarada João Bernardo Vieira, Presidente do C. N. G. e do Conselho da Revolução.

No decorrer da reunião foi também fixado em 301 o número de delegados a estarem presentes neste grande acontecimento da história do nosso povo, a realizar na nossa capital de 8 a 14 de Novembro próximo.

Foi ainda decidido elaborar um programa de actividades para assinalar o 25.º aniversário do PAIGC, com comemorações que se desenrolarão de 12 a 19 de Setembro.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdígão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes. Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.